

A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA NA COMUNIDADE INDÍGENA LIVRAMENTO EM RORAIMA

Artenisia da Silva Macêdo ¹
Cineide Andreia Bento da Silva ²
Naira Gomes Lamarão ³

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o uso e o ensino da língua indígena na comunidade Livramento, localizada na região do Tabaió, município de Alto Alegre, noroeste de Roraima. A comunidade Livramento vive uma atual situação de bilinguismo, na qual os moradores se questionam sobre a importância da língua indígena dentro a comunidade. Também mostraremos como algumas políticas linguísticas têm sido concebidas e implementadas na prática e suas influências no contexto educacional. As quais aparecem timidamente e ainda precisam de muita discussão e planejamento, no sentido de reconhecimento e valorização da diversidade linguística e cultural existente.

Em Roraima, existe 32 terras indígenas, habitada pelos povos da etnia, Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Wapichana, Wai-Wai, Waimiri-Atroari, Yecuana, Yanomâmi e Sapará, mas nem todos os indígenas, são falantes da sua língua de origem, pois dentro das próprias comunidades indígenas são minoria os conhecedores da língua indígena, o que correspondem aos moradores mais velhos, que não conseguiram transmitir essa sabedoria às novas gerações. Além disso, pode ocorrer um processo de isolamento, uma vez que essa minoria perde representatividade ao não saber se comunicar em português. No Brasil, antes da chegada dos portugueses, existiam quase mil línguas, mas ao longo dos anos, muitas línguas se perderam e atualmente, um pouco mais de 150 línguas e dialetos são falados por nós povos indígenas. A extinção das línguas indígena é uma das grandes preocupações que nós indígenas temos no que diz respeito à preservação da nossa cultura e identidade, pois, os índices são alto se considerarmos o número de falantes, pois metade das poucas línguas sobreviventes conta com menos de 500 representantes.

A língua é sentida pelos povos que a falam como marca de identidade cultural, ou seja, o que os torna únicos aos olhos do outro. Não é incomum encontrar povos que perderam sua língua e que queiram aprender a língua de outro povo indígena. Nesse sentido, a língua é o símbolo que marca a identidade cultural. Também é a língua que os remete ao seu passado e os projeta no futuro. Muito da história de um povo estará perdida se sua língua desaparece. O papel da língua, pois, para a definição da cultura e da memória histórica de um povo é primordial. (BRAGGIO, 2002, p. 13).

Nesse sentido, esta pesquisa é fruto de um trabalho final do Tema Contextual, Descrição e Documentação de Línguas (CA-2), do Curso de Licenciatura Intercultural, da UFRR,

¹Graduando do Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima - UFRR, artensia.macedo@gmail.com;

²Graduando do Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima - UFRR, silvaandreasilva26@gmail.com;

³ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima – UFRR, naira.lamarao@ufrr.br

ministrado pelo professor Celino Raposo e Naira Lamarão, que teve como objetivo realizar um levantamento da situação linguística na comunidade de cada acadêmico, como forma de promover a formação docente através da pesquisa. Com isso teríamos uma noção da atual situação da língua indígena e portuguesa na comunidade Livramento e assim, promover ações de reconhecimento e valorização dessas línguas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esse trabalho foi realizado na Comunidade Indígena Livramento localizado a 87 km de Boa Vista, na Região do Tabão, município de Alto Alegre, ao Noroeste do estado de Roraima.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pois esta oferece mais flexibilidade aos informantes. As entrevistas foram feitas com os moradores de cinco famílias da comunidade, que totalizam 18 pessoas, com o intuito de identificar as pessoas falantes, não falantes da língua indígena.

DESENVOLVIMENTO

A comunidade indígena Livramento sempre conviveu com situações de bilinguismo, onde as línguas faladas dentro da comunidade variam entre o Macuxi, Wapichana e o português. Quanto mais se estabelece contato o português, os indígenas veem português como uma forma de conquistar espaço, uma ferramenta de comunicação e poder.

De acordo com MELLO (1999) existem várias definições de bilinguismo apresentadas por linguistas e pesquisadores, no entanto, todas elas, de uma forma ou de outra, estão sujeitas a críticas, pois se mostram limitadas, imprecisas e incapazes de abranger toda variedade de bilinguismo existente. Diversos conceitos, empregam as palavras “controle” e “domínio” e remetem ao a um bilíngue ideal (MAHER, 2007), ou seja, aqueles que são capazes de desempenhar suas habilidades linguísticas em todos os domínios e em todas as línguas utilizadas, sem interferências de uma na outra, em perfeito equilíbrio. O mais importante depreendermos dessa discussão é que o bilinguismo “é um fenômeno multidimensional”, dessa forma existem várias formas de bilinguismo e, conseqüentemente, vários tipos de sujeitos bilíngues. Não podendo, portanto, o bilinguismo ser definido por um conceito único e generalizado.

Dessa forma, a noção de bilinguismo a qual se filia esta pesquisa é a proposta por MAHER (2007, p.79) na qual o bilinguismo “é uma condição humana muito comum, refere-se à capacidade de fazer uso de mais de uma língua.”

Desde a Constituição Federal de 1988, os povos indígenas têm seus direitos linguísticos e culturais reconhecidos, assim “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, (art.231), “cabe ao Estado proteger as manifestações das culturais indígenas e assegurar o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (art.210). Em relação à educação escolar indígenas, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, em seus princípios básicos, preconizam que “A educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngue, específica e diferenciada.”

Como podemos ver, muito já foi feito em termos de lei, sobretudo, em relação ao reconhecimento das línguas indígenas no cenário nacional, no entanto, ainda faltam dispositivos que garantam a efetivação dessas leis.

Para CALVET (2002, p.145), política linguística é “o conjunto das escolhas conscientes efetuadas no domínio de relação entre língua e vida social, e mais particularmente entre língua e vida nacional”. São as decisões tomadas referentes à relação entre língua e sociedade, geralmente tomadas pelo Estado e envolvem a definição da (s) língua (s) que serão ensinadas

na escola e quais não serão, que funções essas línguas exercerão, que espaços sociais elas ocuparão; define o tratamento que suas línguas receberão: se elas serão equipadas para que possam exercer diferentes papéis – se terão escrita, se terão seu léxico ampliado, se será padronizada e etc.

Ainda de acordo com CALVET (2002, p. 145), Planejamento Linguístico é, portanto, a “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem do ato”. Para esse autor, qualquer grupo ou comunidade de fala de uma língua específica pode discutir e elaborar uma política linguística, no entanto, só o Estado tem o poder e os meios para passar do estágio do planejamento para a efetivação prática dessas escolhas políticas.

De modo mais abrangente, SANTOS (2012) afirma que Políticas Linguísticas é um conjunto de determinações governamentais sobre a língua, ou línguas, na relação destas com a sociedade, visando ou a alteração ou a manutenção do comportamento linguístico de uma comunidade mediante tomada de posição. Inclui instrumentos legais de normatização como leis, decretos e portarias que atuarão nos diversos espaços, primordialmente naqueles em que se dá a convivência de diferentes línguas.

A língua indígena, por sua vez, desempenha um papel fundamental na formação e estabelecimento uma de sociedade. Historicamente, ela tem sido utilizada como instrumento de dominação de povos. A imposição da língua do povo “dominante” ao povo “dominado” é uma atitude política, atuando no sentido de garantir a soberania sobre esses povos. Atualmente, considera-se o cerne das políticas linguísticas, a relação entre língua (s) e sociedade e a discussão de estratégias que possibilitem a convivência de várias línguas em um mesmo espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Comunidade Indígena Livramento é habitada por dois povos indígenas Macuxi e Wapichana e conta com 113 pessoas e 25 famílias, entre crianças, adultos e idosos, no entanto a língua que predomina dentro da comunidade é a língua portuguesa. A Escola Estadual Indígena Getúlio Vargas está localizada no centro da comunidade, e a escola atende apenas o ensino fundamental I, a instituição oferta as disciplinas da Base Curricular Comum e a disciplina de língua indígena Macuxi, apesar de ter aulas na língua indígena Macuxi os alunos não tem evoluído no quesito de aprender falar a língua, entendem e escrevem apenas algumas palavras por exemplo nome de animais e cumprimentos. *“É uma problemática que precisamos ter um olhar especial, buscar parcerias com a comunidade – escola, trabalha com pequenos projetos direcionados ao ensino e aprendizagem da língua materna”* (Professora Ana Cintia, maio / 2019). A família Santos, é composta por 6 pessoas 2 homens e 4 mulheres todos pertencentes à etnia Wapichana, sendo que apenas a matriarca da família, Ana Cíntia fala e escreve na sua língua, pois a mesma é professora, mas seus filhos não são falantes da língua, porém entende algumas palavras soltas. A mesma relata que *“Estou ensinando a língua indígena para a minha neta de 9 anos, pois é obvio que a nossa língua está sendo dizimada”*. (Ana Cintia, Maio/2019)

A família Silva, composta por 4 pessoas 3 homens e 1 mulher, pertence a etnia Macuxi, porém nenhum dos entrevistados falam língua indígena. Quando questionados o porquê, todos responderam que nunca tiveram interesse, e que não serviria em nada para eles.

A Família Alexandre composta por 3 pessoas, sendo 2 homens 1 mulher com a faixa etária de 20 a 52 anos não são falantes de sua língua indígena Macuxi. No entanto, apenas a mulher entende algumas palavras na sua língua, porém não fala com fluência, a mesma relata que foi através do curso de línguas indígenas ofertado no Instituto Insikiran, que teve um progresso, pois para ela, é fundamental saber, ler e escrever na sua língua, *“nunca me interessei*

em aprender a língua, mas por causa do concurso público para professores indígenas, é necessário saber a língua indígena e isso despertou o meu interesse (Aurenivea, 2019).

A família Almeida composta por 5 pessoas, 2 homens e 3 mulheres com faixa etária de 10 a 45 anos, apenas uma criança, entende algumas palavras na língua Wapichana, pois aprendeu, quando a mesma tinha uns 4 anos, o restante da família, não sabe nada, e também não se interessa por sua língua indígena, pois acham que não tem necessidade nenhuma em aprender.

Através das entrevistas realizadas, foi possível constatar que a maioria dos moradores da comunidade, relatam não saber a sua língua indígena, não entendem e não se esforçam para aprender, no entanto, pelo que foi observado e discutido acima, podemos afirmar que estes indivíduos vivem uma situação de bilinguismo, pois estão sujeitos ao contato com a língua indígena, direta ou indiretamente. E isso é uma realidade da maioria das comunidades indígenas da região Tabaió, quanto de todo o estado de Roraima, por isso é muito importante fazer esse tipo de pesquisa, para que possamos ter esse conhecimento, e analisar como a cada dia nossa língua indígena está em desuso, e tentar por meio de políticas linguísticas, mudar essa realidade. A interação com a língua portuguesa leva-os a abandonar elementos tradicionais, pois tem aqueles que falam e entendem mais de uma língua, ou os que entendem muitas línguas, mas só falam uma e acreditam que a língua indígena mais atrapalha do que beneficia. E isso levou os mais velhos deixarem de transmitir oralmente e utilizar determinada língua para passar conhecimento e assim, as crianças deixaram de aprender.

Com relação às línguas na escola, sabemos que a tarefa da educação escolar é permitir e facilitar o crescimento das crianças como seres humanos que respeitem a si próprios e os outros com consciência social e ecológica, de modo que possam atuar com responsabilidade e liberdade na comunidade a que pertencem. (MATURANA, 2002, p.13) e com poucos profissionais nativos formados para isso, cada professor de língua, deve-se encarregar de desenvolver seus próprios materiais pedagógicos específicos para o ensino da língua indígena. É claro que, tendo sido essa a situação da maioria das escolas indígenas que contribuiu muito para o enfraquecimento, desprestígio e, conseqüentemente, desaparecimento das línguas indígenas, já que a aquisição da língua portuguesa continua a ser a grande meta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua indígena é uma das manifestações culturais que determinam a identidade de um povo, por isso é muito importante, preservar a nossa língua indígena, para não se perder e reconhecer que para qualquer povo sendo de qualquer etnia a língua representa um elemento vital, sua morte é uma perda irreversível, por isso a importância da descrição e documentação linguística, para que possamos desenvolver materiais de caráter didático e pedagógico para auxiliar nossos povos indígenas no processo de ensino aprendizagem. Sabemos que a diversidade linguística e cultural é uma riqueza que precisa ser melhor conhecida, documentada e preservada. Perder uma língua, perdemos o conhecimento incorporado àquela língua, inclusive nossos conhecimentos culturais, assim é muito importante preservar e documentar a língua.

Como vimos, as Políticas Linguísticas, que são ações de intervenção sobre a (s) língua (s), tem avançado muito nos últimos anos, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade linguística. No entanto, há várias lacunas que precisam ser preenchidas e isso perpassa por um estreitamento de diálogo entre aqueles responsáveis pela elaboração política.

Dessa maneira faz-se necessário a implementação de projeto de interação, escola e comunidade no que diz respeito à língua indígena, com sextas feiras culturais na escola com

gincanas, dança parixara e músicas, entre outras ações voltadas para o ensino e revitalização da língua indígena. Acreditamos que dessa forma estaremos ajudando na valorização das línguas indígenas Macuxi e Wapichana na comunidade Livramento.

Ademais, é preciso destacar que toda intervenção sobre a língua deve partir de uma análise prévia das situações que a envolve, de modo que haja a participação efetiva da comunidade de fala, dos legisladores e dos estudiosos e pesquisadores da área, pois uma política linguística só será considerada bem-sucedida, quando reconhecer e respeitar a diversidade e os direitos culturais e linguísticos dos seus falantes.

Palavras-chave: Língua indígena, língua portuguesa, Educação, Política linguística.

REFERÊNCIAS

BRASIL, constituição federal de 1988, art. 231, art. 210.

BRAGGIO, S. L. B. **Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção.**In: Revista do museu antropológico –UFG. V.5/6, n. 1, jan /dez. 2001/2002.

CALVET. J. **Sociolinguística: Uma introdução Crítica.** Tradução Marcos Morciolino. São Paulo: Parábola, 2002.

MATURANA, H.; **Reflexões sobre o amor.** In: MAGRO, C; GRACIANO, M; VAZ, N. (Orgs). A ontologia da realidade Belo Horizonte. UFMG, 19.

MAHER, Terezinha Machado. Do casulo ao movimento: a suspensão oral das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: Cavalcanti, M. C.; Bortoni-Ricardo, S.M. (orgs). **Transculturalidade, linguagem e educação.** Campinas: Mercado das Letras, 2007.

MELLO. H. B. **O falar bilíngue.** Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____, J. **Políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola: 2007.

SANTOS, A. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística .** Tese de doutorado. Universidade de Brasília – UnB, 2012.